

A. I. N° - 110526.0196/05-6
AUTUADO - DILIFRUT INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA
AUTUANTE - ANTONIO ARAUJO AGUIAR
ORIGEM - IFMT DAT/METRO
INTERNET - 20/02/06

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0048-03/06

EMENTA: ICMS. ALÍQUOTA. ERRO NA SUA DETERMINAÇÃO. MERCADORIA COMERCIALIZADA POR CONTRIBUINTE INSCRITO NO SIMBAHIA. Inexigibilidade do tributo, por ausência do aspecto material do fato gerador. Se a mercadoria procede de contribuinte inscrito no Simbahia na condição de EPP, o imposto devido é apurado em função da base de cálculo, não implicando em falta de pagamento do imposto, o destaque incorreto da alíquota. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 20/10/05, pela fiscalização de mercadorias em trânsito, para exigência de ICMS no valor de R\$1.393,20 acrescido da multa de 60%, em decorrência do destaque do imposto a menos em documento fiscal, devido a erro na aplicação da alíquota.

O autuado, em sua defesa às fls. 16 a 17, alega que é optante do SIMBAHIA, na condição de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e recolhe o ICMS com base no valor do seu faturamento bruto mensal, independente do valor destacado nas notas fiscais de saída, sem aproveitamento de qualquer crédito fiscal.

Salienta que o destaque do imposto na nota fiscal, constitui uma mera formalidade e que tendo destacado o valor incorreto, não implica em qualquer prejuízo aos cofres público, uma vez que no referido documento fiscal foi destacada corretamente a base de cálculo do ICMS, cumprindo assim a obrigação principal.

Destaca que o dispositivo utilizado para tipificar a penalidade aplicada (art. 42, II, “f” da Lei 7.014/96), multa de 60%, estabelece: “quando ocorrer qualquer hipótese de infração diversa prevista nesta Lei que importe descumprimento de obrigação tributária principal, em que não haja dolo” e que diante da situação exposta, não ocorreu descumprimento da obrigação principal, apenas um erro, que foi corrigido mediante a emissão de uma nota fiscal complementar.

Conclui afirmando que não houve nenhuma intenção de fraudar o fisco, tendo em vista que recolhe o ICMS baseado no seu faturamento e pede que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

O autuante na sua informação fiscal (fl. 31), afirmou que: “Relativamente ao auto de infração do processo acima mencionado lavrado contra empresa cujo regime de apuração do imposto é diferenciado, em função da receita de acordo com as normas de opção pelo SIMBAHIA, requeremos o arquivamento do mesmo em face do evidente equívoco da lavratura do auto de infração em que foi exigida diferença da obrigação principal pelo regime normal de apuração do ICMS”.

VOTO

O Auto de Infração aponta como irregularidade o destaque do ICMS efetuado a menos em documento fiscal, devido a erro na aplicação da alíquota.

Na defesa apresentada o autuado alegou que está inscrito no cadastro de contribuintes como EPP e mesmo que tenha destacado o imposto de informa incorreta, não causou qualquer prejuízo aos cofres públicos, uma vez que recolhe o imposto com base seu faturamento bruto mensal. O autuante, na sua informação fiscal acatou a alegação defensiva e opinou pelo arquivamento do Auto de Infração.

Verifico que conforme disposto no art. 387-A do RICMS/BA, o ICMS devido pela EPP será apurado, mensalmente, mediante a aplicação de percentuais específicos sobre a receita bruta mensal, em função da receita bruta global acumulada da empresa. Já o art. 408-D e parágrafo único do mesmo diploma legal estabelece que é vedado o destaque do ICMS nos documentos fiscais emitidos pelos contribuintes que optarem pelo tratamento fiscal instituído pelo SimBahia, exceto em se tratando de empresa de pequeno porte e de microempresa que se dediquem exclusivamente à atividade industrial, sendo que o destaque do imposto será feito de acordo com a alíquota aplicável a cada caso, na forma da legislação vigente.

Na situação presente, pela consulta formulada ao banco de dados da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, o contribuinte está inscrito como EPP desde 30/07/03, como código de atividade 1521000 – Processamento, preservação, produção, conservas de frutas e legumes (indústria). Assim sendo, acolho a argumentação defensiva de que o ICMS do estabelecimento autuado é calculado em função da sua receita bruta mensal, de acordo com o regime de apuração do imposto do estabelecimento autuado, e que tendo destacado incorretamente o imposto na nota fiscal, não implicou em qualquer dano ao fisco Estadual, devendo ser afastada a exigência do débito.

Diante do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **110526.0196/05-6**, lavrado contra **DILIFRUT INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de fevereiro de 2005.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

MARIA DO SOCORRO FONSECA DE AGUIAR - JULGADORA